

A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE SANT'ANNA DE PARANAÍBA NO SÉCULO XIX: CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA*

CAMARGO, Isabel Camilo de.**
BATISTA, Ricardo Lopes.***

Na Província de Mato Grosso, o início do século XIX foi marcado por profunda tensão econômica relacionada ao esgotamento do *ciclo* do ouro, assim denominado pela descoberta de ouro de aluvião pelos bandeirantes em 1718 até a queda de sua exploração no início do século XIX, e depois pelas transformações sociais e políticas decorrentes da Guerra do Paraguai (1864-1870 a Abolição da escravidão (1888), a queda da Monarquia (1889). Entretanto esses acontecimentos não ocorreram de forma repentina, outros elementos permearam as bases da história brasileira, como a chegada da coroa portuguesa, o período regencial e as rebeliões ocorridas nesse período

A historiadora Aleixo enfatiza que a vinda da família real para o Brasil determinou a valorização e integração de todo o Império. Porém, de acordo com a autora “*após a emancipação política do Brasil, a economia mato-grossense quase não sofreu modificação alguma*” (1984, p.30). A presença da família real mudou muito o quadro da colônia, houve a liberalização do comércio e a implantação de todo o sistema burocrático de Portugal, porém após a emancipação política do Brasil não houve grandes preocupações com a economia mato-grossense.

Após a emancipação política do Brasil, no âmbito da Província de Mato Grosso, em 1824, José Saturnino da Costa Pereira foi nomeado Presidente da Província. O Major de Engenheiros José Saturnino da Costa Pereira, foi o primeiro Presidente da Província de Mato Grosso, nomeado a 21 de abril de 1824 pelo Imperador D. Pedro I. Formado na área de Ciências Matemáticas, pela Universidade de Coimbra, José Saturnino da Costa Pereira exerceu a Presidência da Província de 10 de setembro de 1825 a 10 de abril de 1828, quando assumiu uma cadeira no Senado. Eleito de forma indireta substituiu Caetano Pinto de Miranda Montenegro na cadeira senatorial pertencente a Mato Grosso. Foi Senador do Império durante o período entre 1828 e 1852.

O imperador buscava assim, a centralização do poder, nomeando pessoas de sua confiança para governar as províncias do Império, com objetivo de solucionar os problemas

* O texto foi escrito como reflexão para a escrita da dissertação de mestrado em História (UFGD) intulado “Latifúndio e Trabalho escravizado no sul do antigo Mato Grosso: Considerações sobre a vida material, social e cultural na região de Paranaíba (1830-1888)”. O mestrado encontra-se em andamento.

** mestranda em História pela UFGD.

*** mestre em Geografia pela UFMS.

que se agravavam, principalmente os de ordem econômica, frente às despesas com as Guerras da Independência.

Os anos que sucederam à independência política do Brasil constituíram-se em prolongamento das agitações e movimentos contra as ameaças colonizadoras das cortes portuguesas, e também surgiram movimentos por parte daqueles que eram contra à independência política do Brasil. Para conter esses movimentos encadearam-se inúmeras medidas e iniciativas para manter a integridade nacional. Embora mantivesse o jogo liberal nos limites das elites, o projeto alcançou segmentos civis e militares, de segmento subalternizado. Tudo em nome da semente da unidade nacional, conforme registrou a historiadora Dias:

A insegurança social cimentaria a união das classes dominantes nativas com a ‘vontade de ser brasileiros’ dos portugueses imigrados que vieram fundar um novo império nos trópicos. A luta entre facções locais levaria fatalmente à procura de um apoio mais sólido ao poder central (1972, p. 180)

O receio de um possível levante de negros escravizados, seguindo o exemplo haitiano, e as tendências exaltadas republicanas, determinou o fortalecimento do poder monárquico centralizado, com apoio das oligarquias locais. D. Pedro recebeu o título de Defensor Perpétuo do Brasil (13 de maio de 1822) e a ordem foi mantida resguardando-se o monopólio do jogo político das elites em detrimento das forças populares.

Elegemos o ano de 1830 para análise de nosso objeto, considerando a expansão e ocupação do sul do antigo Mato Grosso, tendo como marco o estabelecimento da freguesia de Sant’Ana do Paranaíba.

Segundo a Resolução Nº 9, de 01 de julho de 1850, a Freguesia de Paranaíba teria como limites

[...] o rio Paraná desd’a foz no rio Pardo até a do Paranyhyba; o mesmo Paranyhyba até a barra do rio Correntes; o alreo do mesmo rio das Correntes até as suas cabeceiras: huma linha tirada destas ao rio Caiapó do Sul: o mesmo Caiapó do Sul: o principal e mais meridional braço do Araguaya até as suas fontes: huma linha tirada d’ahi as cabeceiras mais septentrionaes do rio Pardo e este ultimo rio até o Paraná.²

Essa ocupação foi de ordem privada, liderada por algumas famílias, entre elas a Garcia Leal, favorecendo o nascimento de uma aristocracia rural, cuja força política desencadeou o processo de formação do latifúndio e a introdução, consolidação e

² Resolução nº 9, de 01 de julho de 1850. Dispõe sobre a divisão das Freguesias ou Paróquias da Província e Bispado de Mato Grosso segundo o plano delineado e marcado, assim como erigindo em Freguesia a Capela de Nossa Senhora da Guia. Ementa inserida pelo IMPL. Sendo João José da Costa Pimentel o Presidente da província. Baixado do sítio <http://www.al.mt.gov.br/v2008/Raiz%20Estrutura/leis/admin/ssl/viewPrincipal3.asp?cod=795> no dia 24/03/2010.

desenvolvimento da produção pastoril em Mato Grosso. Porém essa entrada, de acordo com Queiroz (2008) parece que essa entrada foi estimulada inicialmente pelo governo provincial com a isenção do dízimo de outros impostos provinciais pelo prazo de vinte anos a contar de 1835, pois é o que consta o Relatório da província de dez de maio de 1851.

Após a Guerra do Paraguai houve um maior interesse em ocupar e povoar urgentemente a região mato-grossense, pois os lados leste e oeste da província eram desconhecidos geograficamente, os habitantes brancos eram escassos e as demarcações das propriedades eram imprecisas. A preocupação política com a manutenção das fronteiras da Província de Mato Grosso, emergiu “como um dilema a ser resolvido para evitar a desintegração do território”, conforme observou Arruda (2000, p. 114).

O historiador Sodré, analisa a forma como ocorreu à ocupação dessa região, e sua importância econômica.

A expansão pastoril, semeando posses e fazendas, na região do sul, propiciou o aparecimento de arraías e cidades inúmeras. Foi assim que surgiram Nioaque, entre Rios, Aquidauana, Campo Grande, Maracaju, - a mais recente, - Coxim. Santana de Paranaíba apareceu no primeiro momento desta expansão enorme, - foi o fulcro de todo o movimento. (2009, p.128)

De acordo então com Sodré, Santana de Paranaíba foi primeiro ponto da expansão pastoril, desencadeando seu avanço para outros lugares, propiciando o aparecimento de várias cidades.

Campestrini busca evidenciar, através da obra *Memórias* de Visconde de Taunay, o quadro ocupacional e a da posse da terra nos sertões do sul de Mato Grosso:

Daquele infausto pouso do Coletor fomos à fazenda do Vau, a mais importante propriedade naquelas cem ou duzentas léguas em torno, não pela extensão das terras, pois no Sertão, qualquer morador de mísero ranchinho proclama-se logo senhor e dono de enormes extensões, verdadeiros reinos, não por isto, mas pelo produto que dá e gado que possui e mais ou menos costeia (2002, p. 44).

Pela narrativa de Visconde de Taunay, percebemos que qualquer pessoa branca, mesmo não tendo muita grandeza material, se proclamava dono de grandes glebas de terra.

Com o estabelecimento de famílias migrantes de algumas regiões brasileiras, sobretudo de oriunda do Triângulo Mineiro, do nordeste brasileiro e do interior de São Paulo, surgiram fazendas pastoris aproveitando o gado selvagem existentes na região.

Segundo a crônica de Lélia Ribeiro:

A partir de então, com suas esposas, filhos, agregados e escravos, foi nascendo um outro sol nas paragens do sul de Mato Grosso, naquele sertão bravio, ainda prenhe de contidos conflitos, remanescentes das disputas setecentistas, e das lutas de conquistas do século XVIII (1994, p.93).

Ou seja, a chegada das famílias mineiras, junto com seus agregados e escravos, trouxe modificações para o sul do antigo Mato Grosso, pois esse ainda era um local ermo, desconhecido e que ainda tinham que disputar as terras com os indígenas.

Para Caio Prado Júnior, a pecuária, não ostenta os grandes feitos políticos do país, nem aparece na ordem dos grandes acontecimentos. Relegada aos sertões, estava à sombra da intensa vida no litoral, com seus engenhos e canaviais, tampouco, não possuía os atrativos do ouro e diamantes.

Entretanto, já sem contar o papel que representa na subsistência da colônia, bastaria à pecuária o que realizou na conquista de territórios para o Brasil a fim de colocá-la entre os mais importantes capítulos da nossa história. [...] Mas se não a mais grandiosa e dramática, é a pecuária pelo menos a mais sugestiva para os nossos olhos de hoje. Porque ela ainda esta aí, idêntica ao passado, nestas boiadas que no presente como ontem palmilham o país, tangidas pelas estradas e cobrindo no seu passo lerdo as distâncias imensas que separam o Brasil; realizando só o que o aeroplano conseguiu em nossos dias repetir: a proeza de ignorar o espaço (1997, p. 187).

É inegável a contribuição da pecuária, para a interiorização do país. Esse processo, também se estendeu ao antigo sul de Mato Grosso.

Um dos empecilhos à expansão da atividade criatória para além das cercanias de Cuiabá, foi sem dúvida a resistência dos paiaguá ao avanço do colonizador.

No que concerne ao gado, a historiadora Linhares (1979) lembra que foram quatro os pontos de irradiação: de São Vicente, em direção aos campos de Curitiba; da Bahia; pelos sertões do São Francisco até atingir o Tocantins e o Araguaia, daí em direção a Mato Grosso, até se juntarem com as correntes povoadoras saídas de São Vicente.

Para o pesquisador Esselin, a primeira notícia da introdução de gado na Capitania de São Vicente, segundo antigos cronistas, data de 1534, “[...] foi trazido da ilha da Madeira pela esposa do seu donatário, Martim Afonso de Souza” (2003, p.37). A introdução desse gado, estava aliada ao sucesso do cultivo da cana de açúcar, tanto que o primeiro engenho da região foi denominado Engenho do Governador.

A perspectiva do sucesso do cultivo da cana de açúcar naquela região tanto animou o seu donatário que o primeiro engenho na Terra de Santa Cruz foi ali instalado, com o nome de Engenho do Governador, para que se iniciasse a produção do açúcar.

O gado era utilizado como tração animal no transporte da cana, lenha, açúcar e demais serviços que porventura requeressem a utilização de carros de boi. André João Andreoni (Antonil) oferece dados importantíssimos sobre as condições sociais e econômicas do Brasil no início do século 18. Entre as 464 páginas dessa obra consta a descrição da forma

de utilização de bois nos engenhos de açúcar, sobretudo, naqueles onde a moagem da cana não era feita com água.

Toda a escravaria (que nos maiores engenhos passa de cento e cinquenta a duzentas peças, contando a dos partidos) quer mantimento e fardas, medicamentos e enfermaria e enfermeiros, e para isso são necessários muitas mil covas de mandioca. Querem os barcos velame, cabos, cordas, breu. Querem as fornalhas, que por sete ou oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha, e para isso há mister dois barcos velejados para se buscar nos portos, indo uns atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para a comprar, ou grandes matos com muitos carros de bois para se trazer (2007, p,80).

Para movimentar toda essa estrutura, descrita por Antonil, havia necessidade de um plantel de bovinos para realizar os trabalhos nos engenhos. O consumo de lenha nas fornalhas era muito grande, “O alimento do fogo era a lenha” (2007, p.80). Abastecer essas fornalhas, durante oito meses ao ano, requeria um grande número de juntas de bois. É inegável, a importância da pecuária para os engenhos de São Vicente, e sua irradiação para outras partes da colônia conforme destacou Linhares:

[...] Quanto ao gado e à sua expansão através dos currais, na luta de vida e de morte contra o primitivo ocupante da terra, o gentio, quatro foram os seus pontos de irradiação: de São Vicente, em direção aos campos de Curitiba; da Bahia, já desde o tempo de Tomé de Souza, com Garcia de Ávila, cujas referências são encontradas nos cronistas, os currais penetram no interior, atingido o Maranhão, o Piauí, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará, cabendo a outros grupos se embrenhar pelos sertões do São Francisco até atingir o Tocantins e o Araguaia, ocupando, dessa forma, os sertões goianos e daí em direção a Mato Grosso, até se juntarem com as correntes povoadoras saídas de São Vicente (1979, p. 45)..

A perspectiva do sucesso do cultivo da cana de açúcar naquela região tanto animou o seu donatário que o primeiro engenho na Terra de Santa Cruz foi ali instalado, com o nome de Engenho do Governador, para que se iniciasse a produção do açúcar.

O gado vicentino se irradiou para outras partes da colônia, inclusive com destino ao Paraguai. Segundo Paulo Marcos Esselin, os espanhóis Juan de Salazar e o Capitão Juan Díaz de Melgarejo, fugindo das perseguições de Domingos Martinez de Irala no Paraguai, haviam se estabelecido em São Vicente e mantido boas relações com os vicentinos. Desses contatos, conheceram os irmãos Cipião e Vicente Góis, proprietários do Engenho Enguagaçu, e os convenceram a empreender viagem rumo ao Paraguai, conduzindo gado vacum para serem comercializados nas terras de Castela. Nesse momento, os negócios com o açúcar tornavam-se poucos atraentes.

No entanto, o Pacto Colonial, impunha restrições ao livre comércio colonial.

Alguns obstáculos esses espanhóis e portugueses tiveram que superar para deixar São Vicente: as concepções políticas e econômicas vigentes na época, baseadas no Pacto Colonial e que se constituíam no exclusivismo metropolitano ou na exclusividade do

comércio externo da Colônia em favor da Metrópole, impunham uma série de restrições que impediam que o colono estabelecesse relações comerciais livremente sendo obrigado a realizar as trocas apenas e de acordo com os mecanismos criados pela administração portuguesa. A Metrópole, que circunscrevia a livre circulação de mercadorias, também impedia os deslocamentos da população, em geral, estrangeiros ou não. (ESSELIN, 2003, p.42)

Não podendo deixar livremente São Vicente, pois não obtinham para isso permissão legal, resolveram empreender fuga em direção ao Paraguai. Foi essa comitiva que introduziu, o primeiro rebanho bovino no Paraguai, liderada pelos espanhóis Juan Salazar e Juan Dias Melgarejo e os Irmãos Cipião e Vicente Góis - eram as vacas do Gaete, nome do peão que zelou pelo pequeno rebanho durante a viagem (ESSELIN, 2003).

Apesar da província de Mato Grosso não ter ser um dos principais pólos econômicos na época do Império, principalmente depois do declínio de produção nas minas de Cuiabá, a produção historiográfica brasileira não deixa dúvida sobre o papel econômico exercido pela província de Mato Grosso, sobretudo em razão de sua vasta área e potencial pastoril.

O historiador Queiróz sintetiza as características físicas da região sul do antigo Mato Grosso:

[...] pode-se dizer que ela se apresenta repartida em duas formações principais: o *planalto* (parte do planalto sedimentar da bacia do Paraná) e a *baixada* (o vale do rio Paraguai). Os rebordos do planalto, orientados no sentido norte-sul, constituem uma linha de escarpas (*cuestas*), as quais cortam a região quase ao meio e recebem a denominação de “serras”, a saber, a *serra de São Jerônimo*, ao norte, e a *serra de Maracaju*, ao sul (cf. IBGE, 1979, p. 11 e ss.). Tal linha de escarpas marca também parte da fronteira entre Mato Grosso do Sul e a República do Paraguai: trata-se, no caso, da serra de Maracaju, que muda de nome ao sul das cabeceiras do rio Apa (tornase *serra de Amambai*) e mais adiante inflete para leste, retomando o nome de *Maracaju* e indo terminar junto ao rio Paraná, no local das antigas Sete Quedas. O planalto apresentava-se originalmente recoberto, na maior parte, pelo cerrado, exceto no extremo sul, onde predominava a mata tropical. Campos limpos, em manchas mais ou menos extensas, apareciam em todo o planalto. A *baixada*, por sua vez, compreende tanto o Pantanal (com sua variada vegetação, aí incluídos os campos) quanto maciços montanhosos como Urucum e a Bodoquena, onde ocorre também a mata tropical (2008, p.16).

Consta na historiografia local que em 1838 foram criadas as freguesias do Piriqui e de Santana de Paranaíba, considerando as potencialidades naturais, como hidrografia e grandes extensões de vegetação rala, principalmente campos, com pastagens naturais e pela forte presença de gado alçado (BRAZIL, 2010). É importante lembrar que parte dessa região pertencia à Província de Goiás, conforme lembra de Mattos:

Não há dúvida de que a Capitania de Goiás abrangia todo o atual Estado de Goiás, acrescida da região ora pertencente ao recém-criado Estado de Mato-Grosso do Sul, compreendendo as terras entre os rios Aporé e Pardo, afluentes da margem direita do rio

Paranaíba e Paraná respectivamente, da foz às nascentes, e todo o Triângulo Mineiro, incorporado à Comarca de Paracatu em 1816 (1980, p.119).

A ocupação da região de Santana de Paranaíba, parte do antigo sul de Mato Grosso, ocorreu graças à sua localização estratégica, enquanto ponto de passagem para as províncias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, da capital da Província de Mato Grosso. A presença de fortificações evidenciam o passado colonial de disputas territoriais entre castelhanos e portugueses. Tais disputas foram mantidas entre paraguaios e brasileiros, sobretudo depois da independência dos países latino americanos e do Brasil, a partir das primeiras décadas do século XIX.

Figueiredo explica que a fertilidade da terra e a posição geográfica de Sant'Anna atraiu outras pessoas depois dos pioneiros:

[...] A fertilidade das terras dos vales do Paranayba, Verde e do Pardo, atraíram outros geralistas ao “Sertão dos Garcias”, como ficou conhecida a região. Sant'Ana do Pranayba, por estar em posição focal, tendo as terras se abrindo tal um leque sobre o Planalto de Maracaju, foi entreposto para se ganhar as belas campinas vacarianas de ótimas pastagens (1994, p.108).

Os relatos de Campestrini sobre a localização de Santana de Paranaíba dão conta de que seu espaço era : [...] limitado então “pelo rio Paraná até a foz do Pardo; por este até suas cabeceiras, em Camapuã; destas, por uma linha, até as nascentes do Araguaia; daí, por uma linha às do rio Aporé; por este e pelo Paranaíba, até o Paraná”. (2002, p.09)

Lélia Ribeiro também deu destaque à localização do referido espaço:

A Freguesia do Paranayba tinha por limite o Rio Paraná desde a foz no Rio Pardo até a do Paranaíba; o mesmo Paranaíba até a barra do rio Correntes; o alveio do mesmo Rio Correntes até as suas cabeceiras: uma linha tirada destas ao Caiapó do Sul; o manso Caiapó do Sul o principal e mais meridional braço do Araguaia, até as suas fontes, uma linha tirada daí às cabeceiras mais setentrionais do Rio Pardo, e este último rio até o Paraná.

A região de Paranaíba se tornou ponto de passagem dos comerciantes e pessoas que iam e vinham das minas de Cuiabá, de Minas Gerais e da província de São Paulo. Essa região também era um ponto de comunicação entre esses lugares. A ocupação via pecuária ocorreu devido a essa localização e a experiência dos entrantes mineiros, pois de acordo com Queiroz (2008), eles já eram pecuaristas em Minas Gerais.

Virgílio Corrêa Filho observou que a corrida do ouro para o interior brasileiro provocou o tráfico intensivo de viajantes por aquelas paragens, determinando a de espaços adjacentes, marcados pela vocação pastoril :

Era natural, pois, que, ao lado da exploração dos riquíssimos alluviões auríferos, que os attrahiam para Cuyabá, também se desenvolvesse, parallelamente, a conquista dos rincões

adjacentes, pela indústria agro-pastoril, em que se alicerçava a riqueza daquelles arroçados sertanistas (1923, p.35).

Então se desenvolveu no contorno dos aluviões auríferos, locais que privilegiavam a plantação de subsistência e a atividade pastoril. A expansão e ocupação territorial da região de Santana foi determinada pela “*a transplantação dos mesmos processos aquisitivos de enormes glebas de terras, a que se achavam acostumados os fazendeiros do litoral*” (CORRÊA FILHO, 1923, p.35)

Pode-se considerar esse movimento para o “sertão” como significativo exemplo de frente de expansão. Segundo o sociólogo Martins(1996), a frente de expansão é uma fronteira demográfica, embora com baixos índices de contingentes populacionais e apesar de prevalecer relações sociais pré-capitalistas, essa frente está integrada à sociedade global capitalista.

Martins aponta algumas características desse tipo de expansão e que se refletem na região em estudo como por exemplo: relações de produção pré-capitalistas (como peonagem e escravidão); a apropriação das terras não se dá como empreendimento capitalista; estado de insuficiência econômica (não há dinheiro para consumir); uso privado da terra por ocupantes e posseiros (o trabalho na terra que dá a posse da terra); as mercadorias são valores de uso; existência de tensões entre a sociedade dos brancos e a sociedade dos índios; integra-se na economia de mercado pela absorção do excedente demográfico e pela produção de mercadorias excedentes; produção voltada para a subsistência (somente o excedente é voltado para o mercado. (1996)

No que tange à região de Paranaíba essas características se relacionam quando se entende a peonagem e a escravidão existentes como relações de produção pré-capitalistas. É importante lembrar que também havia o peão cativo como pode ser visto na listagem de profissão da tabela de “Classificação dos cativos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação – 1874”.³ Sendo que a ocupação de Paranaíba, apesar de ocorrer visando a criação e posterior venda de gado há uma insuficiência econômica, pois não é grande a quantidade de dinheiro a ser gasto e consumido. Há o uso privado da terra, e a existência de grandes hectares se justifica pela criação extensiva de gado, há tensões entre brancos e indígenas, significando a migração ou morte do indígena e havia uma produção voltada para a subsistência desses *pioneiros* devido à distância com outros centros comerciais.

³ Essa tabela se encontra anexada na obra de MOURA, Zilda Alves de. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008. p. 404 a 411.

É importante ressaltar que a idéia de ocupação territorial é a visão do dominante, pois a região já era ocupada há muito tempo por nativos, que quando não sendo escravizados, eram expulsos ou dizimados de seus territórios. Os ditos *pioneiros* somente se instalaram na região no século XIX, cujos retiros e fazendas serviam como lugares de pousos e abastecimento para viajantes que percorriam pelos caminhos sertanejos de Mato Grosso.

O naturalista francês viajante Francis Castelnau em suas anotações de viagem contou o que ouviu e viu nesta região: “[...] *estávamos decididos a fazer um grande rodeio, a fim de visitar de passagem o povoado de Santana, aldeamento indígena, onde nos diziam que veríamos muita coisa curiosa*” (1949, p.202). Sobre o caminho que fizeram, Castelnau relatou que entre Água Limpa e Santana de Paranaíba, encontraram a direita da estrada uma lagoa comprida, que corre de norte para o sul e que atravessaram alguns riachos, os menores dos quais se passavam a vau, e os outros em grosseiras pontes de pau, evidenciando a rusticidade das estradas e os percalços do caminho.

Em relação ao aldeamento indígena que tinha ouvido falar Castelnau relata que estava sendo habitada apenas por brasileiros; e que havia uma história de que quando os paulistas abriram estrada ligando a província de São Paulo com a de Goiás e de Mato Grosso, eles trouxeram índios bororos com o intuito “de dar combate aos índios selvagens que molestavam os viajantes” (1949, p.204).

Por causa disso os indígenas que existiam nas matas da região foram devastados, e que a colônia indígena tornou-se quase portuguesa, com a exceção de alguns mestiços. Essa aldeia teria cerca de 150 a 200 habitantes, e “*as casas, geralmente só tem um pavimento; são construídas de madeira ou de terra, e cobertas com palhas; ficam bastante distanciadas uma das outras, dando ao conjunto aspecto pouco agradável à vista*” (CASTELNAU, 1949, p. 203).

O naturalista Hercules Florence (1997) também registrou aspectos interessantes a respeito de plantações e palhoças de índios Caiápos às margens do rio Sucuriú quando de sua passagem pela região de Paranaíba.

Os Relatórios de Presidentes de Província também revelam a importância da região enquanto ponto de passagem e como objeto de preocupação da elite política local em abrir estradas para efetivar a comunicação e viabilizar a economia pastoril. E em um Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, em março de 1838, ele discorre que

Junto ao Paranaíba divide-se a Estrada em dous ramos um para a Província de Minas, e outro que seguirá para a de S. Paulo: por aquella, em Outubro proximo passado, entrou

pela primeira vez e chegou á esta Cidade uma ponta de porcos, e uma pequena tropa de bestas carregadas; veio tambem quasi na mesma ocasião um carro até o Piquiry, logar para onde seguirão outrosm, que actualmente já ali estarão.⁴

A necessidade de investimentos nas vias de comunicações alertada pelos presidentes de província foi destacada por Campestrini:

[...] a Lei n. 7/1835 exigia que a colônia fosse colocada *em contato com a estrada que se está abrindo em direção a São Paulo* e que o deslocamento militar existente nas margens do Piquiri fosse transferido para o novo local; e isentava de *dízimos e outros quaisquer impostos*, por vinte anos, todos aqueles que se estabelecessem do Piquiri até o Paraná. (2002, p.25).

O caminho Cuiabá-São Paulo transpunha o Piquiri, atravessava as cabeceiras do Sucuriú e Paranaíba e alcançava Uberaba, cidade mineira que tradicionalmente se dedicava à pecuária. Campestrini também discorre sobre essa estrada e sua importância:

[...]a Lei n. 7/1835 exigia que a colônia fosse colocada *em contato com a estrada que se está abrindo em direção a São Paulo* e que o deslocamento militar existente nas margens do Piquiri fosse transferido para o novo local; e isentava de *dízimos e outros quaisquer impostos*, por vinte anos, todos aqueles que se estabelecessem do Piquiri até o Paraná (2002, p.25).

Figueiredo compreende que a picada do Piquiri foi aberta entre 1835 e 1838, e ligava Cuiabá a Uberaba, via Sant'Anna de Paranaíba. Sobre a construção da entrada e seus respectivos responsáveis, ela pondera que:

[...] O fazendeiro e político Antonio José da Silva, chefiou os serviços até o rio Piquiri. Daí para frente, pelos rios Sucuriú e Paranaíba, a chefia coube ao fazendeiro José Garcia Leal, o fundador de Sant'Anna. Por essa estrada se exportaria para as invernadas mineiras e também paulistas, quase todo o gado de Mato Grosso, tanto dos pantanais quanto o do planalto, durante os anos noventa (1994, p.109).

Ou seja, além da construção da estrada, pensava-se em sua segurança, no caso com o um deslocamento militar, pois se não houvesse segurança os comerciantes e viajantes não a usariam. É interessante destacar que havia a isenção de impostos por vinte anos para quem se estabelecesse na região, buscando facilitar, então, essa ocupação.

Podemos concluir que como Sant'Anna era um ponto de passagem e comunicação entre as províncias de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e Goiás havia uma preocupação em abrir estradas e sua posterior manutenção; e que sua ocupação formou grandes latifúndios baseados economicamente na criação de gado, no qual a agricultura de subsistência possibilitava a fixação dos primeiros habitantes brancos.

⁴ Discurso recitado pelo exm. presidente da província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléia Provincial, no dia primeiro de março de 1838. Baixado do sítio <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm> (Center Research Libraries. visitado dia 08/05/2009).

Referências

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)**. Brasília: Ministério da Fazenda, Departamento de administração, Divisão de Documentação, 1984.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil: por suas Drogas e Minas**. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007. (Documenta Uspiana II).

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru/SP: Edusc, 2000.

BRAZIL, M. C. **Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso. Considerações sobre terra e escravidão [1830-1889]**. In: MAESTRI, M. e BRAZIL, M. C. (Orgs.). Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2009.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana de Paranaíba (de 1700 a 2002)**. 3 ed. Campo Grande/MS: IHGB/MS: 2002.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Questões de terras**. São Paulo: Secção de obras O Estado de São Paulo, 1923.

DIAS, Maria Odila Silva. **A interiorização da Metrópole (1808)**. In: 1822: "Dimensões". São Paulo: Perspectiva, 1972.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul Mato-grossense – (1830-1910)**. Porto Alegre, PUC-RS, 2003. Tese (Doutor em História), Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003

FIGUEIREDO, Aline. *A propósito do boi*. Cuiabá: editora da UFMT, 1994.

FLORENCE, Hercules. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829**. São Paulo: Ed. Cultrix e Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: BINAGRI, 1979.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. IN Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. Vol. 8; número 1. São Paulo: 1996.

MATTOS, Joaquim Francisco de. **Os caminhos de Goiás**. São Paulo, Ed. Comercial Safady LTDA, março de 1980.

MOURA, Zilda Alves de. **Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008. p. 404 a 411.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 187.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. IN: LAMOSO, Lisandra Pereira (org). Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Dourados,MS : Editora da UFGD, 2008. p. 16

RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueredo. **O homem e a terra**. Campo Grande/ MS: editora do Senado Federal, 1994.

SODRÉ, Nelson Wernwck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).

Fontes:

Discurso recitado pelo exm. presidente da província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléia Provincial, no dia primeiro de março de 1838. Baixado do sítio <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm> (*Center Research Libraries*. visitado dia 08/05/2009).

Resolução nº 9, de 01 de julho de 1850. Dispõe sobre a divisão das Freguesias ou Paróquias da Província e Bispado de Mato Grosso segundo o plano delineado e marcado, assim como erigindo em Freguesia a Capela de Nossa Senhora da Guia. Ementa inserida pelo IMPL. Sendo João José da Costa Pimentel o Presidente da província. Baixado do sítio <http://www.al.mt.gov.br/v2008/Raiz%20Estrutura/leis/admin/ssl/viewPrincipal3.asp?cod=795> no dia 24/03/2010.